

Hepatite A no Município de Porto Alegre, RS: Mudanças na Incidência e Perfil Epidemiológico

Eliani de Lourdes Moraes Soares¹, Helena de Medeiros Terra Ramos¹, Adriana Zanon Moschen¹, Roque da Conceição¹, Letícia Vasconcellos Tonding², Joaquim Basso Cartana³

¹ NVDT/DVE/CEVS/SES/RS

² Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde de Porto Alegre/RS

³ Residência Integrada em Vigilância em Saúde ESP/SES/RS

E-mail: eliani-soares@saude.rs.gov.br

Trabalho apresentado 7º Congresso Norte/Nordeste de infectologia. Local: João Pessoa, Paraíba, 29 de novembro a 1º de dezembro de 2018.

INTRODUÇÃO

A hepatite A é uma doença contagiosa, geralmente assintomática e autolimitada, causada pelo vírus HAV, um patógeno de transmissão fecal-oral. Historicamente relacionada à precariedade de saneamento, sua transmissão clássica é através de água e alimentos contaminados. No município de Porto Alegre, o coeficiente de incidência tendia à queda a partir de 2013, e a população mais acometida era de crianças e adolescentes. Atualmente verifica-se um novo cenário, representado pelo aumento expressivo do número de casos entre homens jovens e adultos. Este perfil epidemiológico sugere transmissão pessoa-pessoa com componente comportamental.

OBJETIVO

Estudar os casos de hepatite A notificados no município de Porto Alegre, estabelecendo um paralelo com situações semelhantes, em que observam-se mudanças no perfil epidemiológico da população afetada.

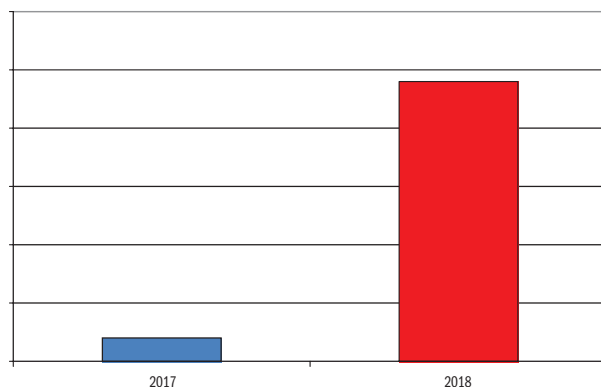
METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo dos casos de hepatite A detectados em Porto Alegre, sendo avaliados faixa etária, gênero e distrito de residência. Para tanto, serão analisadas as notificações de 2017 e 2018.

RESULTADOS

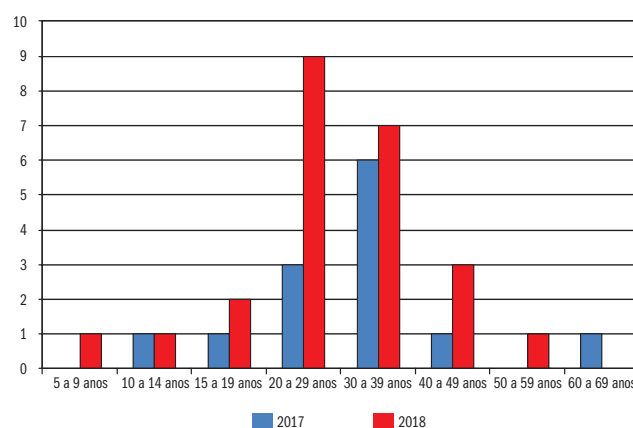
Houve aumento no número de casos: 13 casos em 2017 contra 24 casos no primeiro quadrimestre de 2018, predominantemente entre homens (78%), na faixa etária dos 20 aos 39 anos de idade (68%), conforme Figura 4. Um dos casos resultou em óbito. Estes dados são compatíveis com surtos observados em outros países e no Sudeste brasileiro em relação ao sexo e à faixa etária, conforme Figura 5.

Figura 4 - Casos confirmados de hepatite A. Porto Alegre-RS. 1º Quadrimestre 2017 e 1º Quadrimestre 2018.



Fonte: SINAN. Acesso: Junho/2018

Figura 5 - Casos de hepatite A em Porto Alegre-RS quanto à faixa etária. Período: 2017 e 1º Quadrimestre de 2018.



Fonte: SINAN. Acesso: Junho/2018

CONCLUSÕES

O perfil epidemiológico da população afetada modificou e se apartou do previsto para uma doença cuja causa é fecal-oral, aumentando a importância do resgate de mecanismo de transmissão e apontando para a necessidade de análise da distribuição dos casos. Os dados obtidos em Porto Alegre contribuem, de forma parcial, para o esclarecimento dos mecanismos envolvidos no aumento do número de casos de hepatite A no município. Estudos mais aprofundados, com informações sobre o processo saúde-doença, que vão além das obtidas através da ficha do SINAN, podem auxiliar a elucidar o cenário atual da hepatite A. Faz-se necessária, também, a revisão, por parte do Ministério da Saúde, das políticas públicas de enfrentamento da doença, por exemplo, o público-alvo da vacinação para hepatite A. Aos serviços de saúde e vigilância municipal, cabe estabelecer estratégias para a mitigação desse agravamento, como vacinação e ações em saúde voltadas à informação e identificação precoce de casos para evitar o surgimento de surtos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **O Manual técnico para o diagnóstico das hepatites virais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **ABCDE do diagnóstico para as hepatites virais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde: volume 2**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

Palavras-chave: Hepatite A. Perfil de Saúde. Notificação de Doenças. Incidência. Política Pública. Vigilância Epidemiológica. Porto Alegre. Rio Grande do Sul.

Perfil das Notificações de Agravos Relacionados ao Trabalho na Zona Rural, Rio Grande do Sul, 2017

Fábio Kalil¹, Luciana Nussbaumer¹, Virgínia Dapper¹

¹ DVST/CEVS/SES/RS

E-mail: virginia-dapper@saude.rs.gov.br

Trabalho apresentado no 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCOC). Local: Rio de Janeiro, RJ, 24 a 29 de julho de 2018.

Os processos produtivos de trabalho implicam diferenciadas inserções dos trabalhadores, com consequente diversificação também dos padrões de morbidade e mortalidade. O trabalho rural é considerado um dos mais vulneráveis à ocorrência

de acidentes, tendo em vista a quantidade e diversidade de riscos ocupacionais envolvidos.

Este estudo objetivou analisar o perfil dos agravos relacionados ao trabalho na zona rural, notificados no Rio Grande do Sul, no Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador (SIST/RS) e no Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN/MS), em 2017.

No SIST/RS, as notificações são geradas em qualquer unidade de saúde, por meio do Relatório Individual de Notificação de Agravos (RINA). No SINAN/MS, as notificações são realizadas nas fichas do próprio Sistema, sendo universais para acidentes de trabalho graves e com material biológico. Os dados foram exportados utilizando os instrumentos de análise disponíveis pelos próprios sistemas. Para a análise, foi utilizado o programa Excel. Foram analisadas as seguintes variáveis: sexo, faixa etária, escolaridade, vínculo empregatício, tipo de agravo, ocupação e situação causadora.

Foram notificados no SIST/RS e no SINAN/MS 43.291 agravos. Destes 7.343 ocorreram na zona rural, sendo que 92,1% foram acidentes e 7,9% doenças. A maioria (80,5%) acometeu o sexo masculino. 17,4% das ocorrências acometeram a faixa etária de 30 a 39 anos. Quanto à escolaridade, 36,5% têm o ensino fundamental incompleto. Produtor agrícola polivalente (35,2%) foi a ocupação com maior número de notificações. Exposição a forças mecânicas inanimadas e quedas foram as causas mais encontradas. A maioria (72,1%) dos agravos atingiu celetistas. Quanto ao tipo do acidente, 552 foram graves e 5.999 foram outros acidentes de trabalho. Quanto às doenças, LER (284 casos) foi a mais notificada.

O processo saúde-doença da população do campo possui diferenças que precisam ser conhecidas para poderem ser enfrentadas de forma qualificada. Neste sentido, é fundamental que possamos dar visibilidade às particularidades do processo de adoecimento dos trabalhadores rurais, a partir da análise dos dados dos sistemas de informações da área de saúde do trabalhador.

Palavras-chaves: Saúde do Trabalhador. Saúde da População Rural. Riscos Ocupacionais. Notificação de Acidentes de Trabalho. Acidentes de Trabalho. Transtornos Traumáticos Cumulativos. Rio Grande do Sul.

Perfil dos Atendimento Antirrábicos Humanos no Rio Grande do Sul, Entre 2012 e 2016

Aline Alves Scarpellini Campos^{1,2}, Ana Luisa Tartarotti¹, Karina Leal Ribeiro¹, José Reck³

¹ DVAS/CEVS/SES/RS

² Laboratório de Virologia/ Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia/Instituto de Ciências Básicas da Saúde/Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS/RS

³ IPVDF - Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor/Eldorado do Sul/RS
E-mail: aline-campos@saude.rs.gov.br

Trabalho apresentado na 29ª Conferência Anual da Raiva nas Américas (RITA). Local: Buenos Aires, Argentina, 28 de outubro a 1º de novembro de 2018.

RESUMO

Foi realizado um estudo descritivo com dados secundários oriundos do banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, onde foram analisados os dados de 163.978 fichas de investigação do atendimento antirrábico humano do Rio Grande do Sul, entre 2012 e 2016. O perfil do atendimento antirrábico humano mostrou que 63% dos casos estão na faixa etária de 15 a 65 anos. O tipo de exposição ao vírus rábico mais constante foi a mordedura, com 82,5% de frequência, na forma de ferimento único, com 61%, mais frequente em mãos e pés (32%) e membros inferiores (37%). A espécie agressora predominante foi a canina (87,7%), seguida pelos felinos (8%), herbívoros domésticos (2%), quirópteros (0,45%), primatas (0,16%) e raposas (0,05%). Em 73% dos casos, os animais agressores são descritos como saudáveis, e os cães e gatos passíveis de observação representaram 74%. Os dados referentes às condutas de tratamento demonstram que a “observação do animal” (34,4%) e a “observação + vacina” (38,7%) foram os tratamentos mais indicados para os pacientes. No Rio Grande do Sul, 82% dos pacientes procuraram atendimento médico em um dia após a agressão animal, o que pode mostrar uma

maior percepção de risco de exposição ao vírus rábico. Foi realizado tratamento envolvendo soro e/ou vacinação em 50% das agressões por cães e gatos que eram, em sua grande maioria, observáveis e saudáveis. A identificação do perfil dos pacientes de AARRH pode direcionar ações de educação em saúde. Considerando que a taxa de incidência de raiva em cães e gatos é muito baixa no Rio Grande do Sul, haveria uma grande economia de insumos se o critério observação de cães e gatos fosse melhor utilizado.

Palavras-chave: Doenças Transmissíveis. Vírus. Raiva. Vírus da Raiva. Monitoramento Epidemiológico. Perfil de Saúde. Prevenção de Doenças. Vacinas Antirrábicas. Zoonoses. Vigilância Sanitária Ambiental. Rio Grande do Sul.

Raiva em Colônias de Morcegos Insetívoros no Litoral do Rio Grande do Sul

Aline Alves Scarpellini Campos^{1,3}, Ana Lucia Campelo Tavares¹, Ana Luisa Tartarotti¹, Helena Beatriz de Carvalho Ruthner Batista², Ana Claudia Franco³, Paulo Michel Roehe³, José Carlos Ferreira⁴, Julio de Almeida Rosa⁴

¹ DVAS/CEVS/SES/RS

² Instituto Pasteur-IP/SES/SP

³ Instituto de Ciências Básicas da Saúde- ICBS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

⁴ Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor-IPVDF/Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul
E-mail: aline-campos@saude.rs.gov.br

Trabalho apresentado no 11º Seminário de Vigilância e Controle da Raiva do Instituto Pasteur. Local: São Paulo, SP, 1 e 2 de outubro de 2018.

INTRODUÇÃO

A ocorrência de morcegos insetívoros positivos ao vírus da raiva (RABV) em cidades litorâneas do Rio Grande do Sul (RS) se tornou um fato comum no período recente. No ano de 2018, já foram diagnosticadas 9 amostras positivas, 7 da região próxima ao litoral (Figura 6). Destas, 5 já foram caracterizadas como linhagem genética característica de morcegos insetívoros *Tadarida brasiliensis*, compatível com a variante antígenica 4 (AgV4). Apesar dos morcegos insetívoros apresentarem a maior diversidade de variantes descritas, pouco é conhecido sobre seu papel no ciclo epidemiológico da raiva no Brasil. No Rio Grande do Sul, um cão e dois gatos foram diagnosticados com RABV compatível com AgV4 na última década. Além disso, em 1996, ocorreu no Chile o primeiro caso de raiva humana da América Latina relacionado ao RABV de morcegos insetívoros, AgV4. Ainda que os dados dos serviços de saúde indiquem crescimento do número de colônias de morcegos urbanos e das interações com esses animais, as ações preventivas disponíveis para lidar com essa situação são limitadas.

METODOLOGIA

Em março de 2015, após agredir 3 pessoas, um gato domiciliado em um frigorífico desativado, no município de Rio Grande, foi a óbito durante o período de observação. O diagnóstico de raiva foi confirmado por Imunofluorescência Direta (IFD). A caracterização revelou tratar-se de AgV4. Em virtude da possível interação com o gato raivoso, todos os cães e gatos do local foram vacinados contra raiva e colocados em observação por 180 dias em gaiolas de contenção feitas para esta finalidade (Figura 7). Todas as pessoas envolvidas receberam o esquema completo de profilaxia pós-exposição e tiveram os anticorpos antirrábicos titulados. Em abril de 2018, uma amostra de morcego insetívoro do gênero *Myotis*, recolhido exatamente no mesmo local, apresentou resultado positivo para raiva por IFD e foi caracterizado também como linhagem genética característica de morcegos insetívoros, compatível com a variante AgV4. Novamente realizou-se a vacinação de todos os animais do local: 7 cães e 7 gatos, e novo período de observação de 180 dias foi instaurado. Não houve relato de contato de humanos com morcego positivo.